



Múltiplas guerras possíveis

I.

No texto que apresenta os relatos do seu *A guerra não tem rosto de mulher*, Svetlana Aleksievitch descreve um pouco da sua infância em uma aldeia, com uma família determinada pela guerra, entre outras crianças cujas famílias também haviam sido implacavelmente marcadas pela guerra: “Não sabíamos como era o mundo sem guerra, o mundo da guerra era o único que conhecíamos, e as pessoas da guerra eram as únicas que conhecíamos. Até agora não conheço outro mundo, outras pessoas. Por acaso existiram em algum momento?”

Aleksievitch se refere à guerra contra os alemães, em meados do século XX, a uma guerra que se materializava no campo de batalha, com mortes e devastação. Imagem já clássica da guerra, difundida especialmente pelo cinema, o campo, as trincheiras e os bombardeios fazem parte do conhecimento popular do que seria a guerra. Mas a pergunta final de Aleksievitch, sua dúvida sobre a existência em qualquer momento de um mundo sem guerra nos remete a uma concepção contemporânea da guerra, na qual a guerra envolve todos, soldados e civis, guerra total.

No momento em que escrevemos este texto, há, pelo menos, duas guerras que tomam conta de algumas linhas, talvez meia página ou uma, de, possivelmente, todos os maiores jornais do mundo ocidental. A depender da ideologia da publicação, se condena mais ou menos um ataque, uma estratégia, o deslocamento forçado de uma população. Lamenta-se mais ou menos algumas mortes. A guerra, assim, aparece como fato corriqueiro e nos lança em um mundo de extrema vulnerabilidade. Nesse sentido, Gaza surge como uma espécie de paradigma da nossa (humana) indefensabilidade e destrutibilidade, ao mesmo tempo. Por tratar-se de território com estatuto jurídico incerto, sem exército, os ataques à Gaza desafiam a noção clássica de guerra. O que vemos acontecer ali coincide com as chamadas operações policiais no Rio de Janeiro em zonas favelizadas, dominadas – em uma lógica de guerra – pelo crime organizado. Uma porção da população se torna, então, refém da investida do braço armado do Estado, israelense ou carioca.

Nosso embaraço diante deste estado provém do fato de estarmos tão próximos do mal. Aprendemos a ler quotidianamente sobre a guerra e a violência. Já sabemos identificar o som das balas de fuzis e pistolas – o escutamos enquanto dormimos e, no café da manhã, lemos nossos jornais



com suas notas sobre guerras. Qual é a medida da (nossa) cumplicidade nesses casos? Quais são as consequências de conhecer, por meio da leitura, o mal?

Pensar nisso nos aproxima da literatura. Se acreditamos, com Derrida, que a leitura literária demanda uma performatividade que, por sua vez, exige uma responsabilidade por parte dos leitores; ou seja, se entendemos que o “leitor não é um consumidor, um espectador, um visitante, nem tampouco um ‘receptor’” (Derrida, 2014, p. 76), não nos tornamos coautores do que lemos?

Esse parece ser o desconforto da escritora de J. M. Coetzee, Elizabeth Costello. Ao ser convidada a proferir uma palestra sobre o mal, Costello “se achava sob o maligno encanto de um romance que estava lendo”; ela não consegue abandonar a leitura, ao mesmo tempo em que rechaça aquilo que lê. “Por que está fazendo isso comigo?, tinha vontade de gritar ao ler” (Coetzee, 2004, p. 176). Sua palestra, então, se desenvolve no sentido de questionar os efeitos da leitura e da escrita – ali tornadas indiferenciadas – sobre o mal.

Especificamente, não tem mais certeza de que as pessoas sempre melhoram com o que leem. Além disso, não tem mais certeza de escritores que se aventuram nos territórios mais sombrios da alma voltem sempre incólumes. Começou a pensar se escrever o que se quer, da mesma forma que ler o que se quer, é uma coisa boa (Coetzee, 2004, p. 180).

A maestria de Coetzee nos leva ao questionamento sobre a possibilidade de um benefício inato da literatura, sugerindo que ela, muitas vezes, possa estar unida ao mal. “Não acredita mais que contar histórias seja uma coisa boa em si [...]. Se ela, como ela é hoje, tivesse que escolher entre contar uma história e fazer o bem, acha que preferiria fazer o bem. E West, ela acha, preferiria contar uma história” (Coetzee, 2004, p. 186).

Também é essa possível união que parece habitar tantos dos romances de Roberto Bolaño. A aliança entre literatura e mal se encontra personalizada no personagem de Carlos Wieder/Alberto Tagle de *Estrela distante*. O poeta-aviador é um assassino e torturador da ditadura chilena. No entanto, suas intervenções artísticas são enaltecidas, seu gênio literário exaltado: “Alberto, dijo, va a revolucionar la poesia chilena” (Bolaño, 2000, p. 24).

No ainda inédito no Brasil, *Triste tigre*, Neige Sinno questiona a qualidade da resiliência daqueles e daquelas que conseguem levar uma “vida normal” depois de um trauma – no seu caso, anos de abuso sexual por parte do padrasto. Como uma testemunha, sobrevivente de uma guerra ou da extrema violência, Sinno se mostra conectada aos outros, de certa forma uma traidora. Repudia a ideia de que seja uma heroína em relação àqueles que não puderam “superar” a violência. Da mesma forma, duvida da capacidade da literatura de salvá-la. “Gostaria de acreditar, quis crer que o reino da literatura me haveria acolhido, como uma das tantas órfãs que encontram nela refúgio. Mas nem através da arte se pode sair vencedora da abjeção. A literatura não me salvou. Eu não estou salva” (Sinno, 2024, p. 165).

A ligação entre a literatura e o mal não se limita a uma questão de conteúdo. A forma da literatura pode, por vezes, replicar as formas em que é “mal cumprida”. Num pequeno texto intitulado “Teoría del complot” (2006), o escritor argentino Ricardo Piglia propõe a conspiração como elemento comum entre a ficção e a política através da análise das obras de Roberto Arlt, Jorge Luis Borges e Macedonio Fernández. “El complot”, diz ele, “sería entonces un punto de

articulación entre prácticas de construcción de realidad alternativas y una manera de descifrar cierto funcionamiento de la política” (Piglia, 2006, p. 32). A ficção como prática de construção da realidade combina-se, assim, com a política; não com o que está na superfície, mas sim com o que é clandestino, com o que não vemos, com aquilo que é feito com serviços de inteligência e formas disfarçadas de controle, aquilo que apoia o exercício da guerra. Tanto ficção quanto enredo político tramam. Borges, como sugere Piglia, é um dos mestres da conspiração. Uma sociedade secreta – lemos em “Tlön, Uqbar Orbis Tertius” – surgiu para inventar um país. Esta substituição da realidade é um processo lento e difícil de detectar. Na história, o narrador traça alguns dos sinais – objetos tipicamente borgesianos – dessa mudança: uma enciclopédia, um livro, uma carta, uma bússola, um cone de metal brilhante. Somente o olhar atento do narrador consegue, porém, decifrar sua relevância para desvendar o plano traçado pelos conspiradores; a ficção por trás da realidade.

A revelação é simples, mas não é banal: há sempre um plano. “Hace diez años”, escreve Borges,

bastaba cualquier simetría con apariencia de orden —el materialismo dialéctico, el antisemitismo, el nazismo— para embelesar a los hombres. ¿Cómo no someterse a Tlön, a la minuciosa y vasta evidencia de un planeta ordenado? Inútil responder que la realidad también está ordenada. Quizá lo esté, pero de acuerdo a leyes divinas —traduzco: a leyes inhumanas— que no acabamos nunca de percibir. Tlön será un laberinto, pero es un laberinto urdido por hombres, un laberinto destinado a que lo descifren los hombres” (Borges, 1974, p. 442-443).

Aqui está a semelhança: sabe-se que a ficção é criada, planejada, mas a realidade também o é. As duas caminham juntas. Noutra história, “Tema do Traidor e do Herói”, a ficção impõe-se mais uma vez à realidade e reescreve a história de Kilpatrick, que foi um traidor, mas morre como herói; e esta é a versão que se impõe a todos. Talvez seja, no entanto, em “Emma Zunz” que Borges tece de forma mais sutil as simetrias entre o planejamento literário e o planejamento político como forma de esconder a realidade, de justificar a violência. A história de Emma “era increíble, en efecto, pero se impuso a todos, porque sustancialmente era cierta. Verdadero era el tono de Emma Zunz, verdadero el pudor, verdadero el odio. Verdadero también era el ultraje que había padecido; sólo eran falsas las circunstancias, la hora y uno o dos nombres propios” (Borges, 1974, p. 568). Emma consegue fazer com que sua versão da história – ela matou Lowenthal em legítima defesa – supere a realidade – ela matou Lowenthal para vingar a ruína e consequente morte de seu pai – porque ela traça um plano. A história torna-se assim um instrumento para compreender como os enredos são montados: tramas literárias, tramas políticas e, muitas vezes, tramas de guerras. “A guerra é a continuação da política por outros meios”; segundo a famosa frase de Carl von Clausewitz (2021), a guerra é então um ato político.

II.

A guerra é perene, vive em estado latente ou manifesto no mundo moderno. É a guerra que organiza a política e a ordem modernas. É a premissa hobbesiana de um estado natural de “guerra de todos contra todos” que legitima a criação do Estado enquanto mecanismo único de

detenção da violência; ou seja, é a ameaça da guerra que demanda a ordem, mas, contrariando Hobbes, a ordem política só parece concretizar-se com a guerra. Antes ainda, é a guerra, tornada “justa”, que impulsiona a empresa colonial. Nesse sentido, a guerra colonial se transforma em paradigma e ensina as metrópoles a fazerem guerras contra suas populações: guerras de classe, de raça e de sexo (Alliez; Lazzarato, 2021).

A guerra se torna pedagógica, tentativa de constituir o corpo de uma população. Muitas das ações policiais do Estado com esse objetivo são chamadas de guerra, uma guerra didática, uma guerra performativa da conformação de um povo e que evidencia quem e quais participam do corpo da nação. De novo, aqui, podemos clamar por obras consideradas literárias e que podem ter armado, participado, como dizíamos, de um complô, político, em favor da guerra. Talvez Canudos seja um exemplo desta guerra e *Os sertões* (1902), um exemplo desta literatura.

Na obra de Euclides da Cunha, há a denúncia do crime do estado brasileiro e a crítica à ação do exército no modo como ela se deu. Mas, como alertou Adriana Johnson (2010), talvez isso tenha acontecido porque, distante do momento da guerra, *Os sertões* já não tinha o intuito de inflamar a prosa da contrainsurgência que caracterizava os textos anteriores de Euclides.

Além disso, no livro, ainda que a denúncia da violência seja contundente e a violência física condenada, é também verdade que Euclides corrobora o discurso de constituição da nação a partir de parâmetros modernos que não compreendiam o pertencimento do sertanejo – uma *outra* violência operava, então. Representante de um passado primordial e remanescente de uma cultura a ser superada, o sertanejo é *condenado ao desaparecimento* por Euclides, contrastando, assim, a denúncia da violência da guerra. Depois de mais de um século de leituras e críticas da obra-prima de Euclides, ficamos com o gosto amargo da sugestão de que a guerra de Canudos, afinal, somente abreviou um processo que o “escritor-justiceiro” defendia em primeiro lugar: o esmagamento das raças fracas pelas raças fortes, mencionado na “Nota preliminar”. Nesse sentido, *Os sertões* deve ser lido como um texto, talvez melancólico e mal resolvido, da conquista colonial interna ao Estado-nação brasileiro e da guerra contra as populações que não correspondiam a determinada ideia de povo.

Na América Latina, podemos traçar o fio que une a conquista do continente às campanhas contra as populações indígenas do século XIX, chegando às ditaduras do século XX, à violência pedagógica e domesticadora da guerra estatal. No documentário *El botón de nácar* (2015), do cineasta chileno Patricio Guzmán, essa violência está arquivada na água, recipiente para uma memória evasiva, mas contundente. Se olharmos a história a partir da água, no contexto chileno surgiriam os corpos dos povos indígenas da Patagônia Ocidental, populações aquáticas que a partir de 1883 foram declaradas corruptas, ladras e bárbaras pelo estado chileno, que os obrigou a abandonar seus hábitos, sua língua, suas crenças, suas canoas e a ceder suas terras a colonos, garimpeiros, soldados, fazendeiros e missionários católicos. Tentaram civilizá-los da mesma forma que o estado militar tentou civilizar milhares de opositores políticos, jovens de esquerda, aqueles que eram diferentes, atirando-os ao mar, fazendo desaparecer os seus corpos. Os aparelhos de Estado apropriam-se de “máquinas de guerra”, captando a força de tudo o que resiste a se conformar ao paradigma do progresso (Deleuze e Guattari, 1994).

Seria sempre um progresso colonizador, masculino, patriarcal, que inscreve a sua máxima violência nos corpos das mulheres. Em *Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala* (2015), María Galindo aponta a interdependência entre o colonialismo, o modelo econômico extrativista, a visão desenvolvimentista e o sistema patriarcal como o principal mecanismo de opressão na América Latina e um dos principais mecanismos a ser questionado pelo feminismo. Galindo insiste na impossibilidade de compreender a colonização de Abya Yala¹ sem compreender os códigos que o colonialismo introduziu “en la mirada sobre el cuerpo de las mujeres como parte fundamental del botín colonial” (Galindo, 2015, p. 36). A centralidade do corpo para compreender as práticas patriarcais e coloniais é revelada ainda mais claramente num dos muitos grafites com que o coletivo boliviano Mujeres Creando, do qual Galindo é cofundadora, costuma preencher os muros de La Paz. Ler que “ni la tierra, ni las mujeres somos territorio conquista” remete-nos imediatamente para o conceito de corpo-território, ideia-chave nas contribuições do feminismo latino-americano contemporâneo, que nos encoraja a pensar a ligação entre o patriarcado e o colonialismo na sua ação de desapropriação.

No entanto, se para feministas comunitárias, como Galindo e Julieta Paredes (2008), no corpo-território das mulheres latino-americanas manifestavam-se formas específicas de exploração já antes da colonização; para feministas decoloniais, como Rita Segato (2014) e María Lugones (2008), a subjugação de corpos das mulheres é atravessada pelo fato colonial. Ambas consideram que a opressão dos corpos das mulheres latino-americanas na atualidade está profundamente permeada pela invasão europeia da América Latina. Segato tem se dedicado especificamente à análise das formas de violência nos crimes de gênero. Lembra-nos, assim, que

en las guerras hoy consideradas convencionales, desde el mundo tribal hasta las guerras formales entre Estados del Siglo XX, la mujer era capturada, como el territorio: apropiada, violada e inseminada como parte de los territorios conquistados, en afinidad semántica con esos territorios y sus cuerpos como territorio mismo. Era un efecto colateral de las guerras. En ella se plantaba una semilla tal como se planta en la tierra, en el marco de una apropiación (Segato, 2014, p. 361).

Hoje, nos demasiado numerosos feminicídios, não se trata apenas da conquista da apropriação do corpo-território das mulheres, mas, como sugere Segato, da “su destrucción física y moral” (2014, p. 361).

A violência doméstica do Estado também é acompanhada, como apontou Javier Uriarte (2020), de todo um maquinário que precisa transformar o território e seus habitantes em mensuráveis, quantificáveis e homogêneos, especialmente por meio da escrita e do mapeamento: mapas, como os da Terra do Fogo do navegador e explorador Fitz Roy, que serviram de porta

¹ *Abya Yala* é o termo com que os índios Cuna (Panamá) chamam o continente americano em sua totalidade e significa “terra em plena maturidade”. A primeira vez que foi utilizado foi na II Cúpula Continental de Povos e Nacionalidades Indígenas de *Abya Yala*, realizada em Quito em 2004. Atualmente, diversas organizações, comunidades indígenas e intelectuais preferem seu uso para se referir ao território continental, em vez do termo América. A utilização deste nome é assumida como uma posição histórica e política por parte de quem o utiliza, explicando que o nome “América” é típico dos colonizadores europeus e não dos povos originários do continente americano. Sobre o uso de *Abya Yala* ver: Del Popolo, Fabiana (2018), *Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad*, Santiago do Chile: CEPAL; Gudynas, Eduardo (2003), *Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible*, Montevideu: Coscoroba.



de entrada para os colonizadores europeus; escritas como histórias de viagens produzidas no século XIX. “War”, afirma Uriarte (2020, p. 58), “is a process of adding information and new narratives to a map that is understood as incomplete at the beginning of the war: while the map is filled with new details, though, the territory represented in it is transformed into a desert: these new marks and names erase previous narratives”. A literatura de viagens no contexto latino-americano estaria, portanto, intimamente ligada à tentativa do Estado de mapear, apagar e domesticar sujeitos e territórios.

III.

O estado de guerra que a colonização iniciou, com suas práticas de domesticação e dominação, talvez possa encontrar seu ápice no Antropoceno. Mary Louise Pratt (2003), nesse sentido, chamou nossa atenção para a relação entre os relatos dos viajantes dos séculos XVII e XVIII e o processo de industrialização europeu. A exploração predatória da natureza nos séculos de colonização das Américas, Ásia e África, lá e na própria Europa, tampouco passou despercebida por Marx. Segundo Kohei Saito (2021, p. 33), para Marx, o capital “não pode subsumir arbitrariamente a natureza em prol de sua máxima valorização. Na verdade, ao tentar fazê-lo, o capital não pode deixar de destruir, em escala crescente, as condições materiais fundamentais para o desenvolvimento humano livre”. Essa ideia, a ser desenvolvida ao longo das páginas de *O ecossocialismo de Karl Marx*, não passa despercebida para aquelas que vêm, nos últimos anos, se familiarizando com as propostas de pensadores e líderes indígenas, como Ailton Krenak e Davi Kopenawa.

Nessa toada, chegamos à guerra já em curso que Bruno Latour imaginou acontecer em tempos de urgência climática e Antropoceno. Na sétima conferência, “Os estados (da natureza) entre guerra e paz”, de *Diante de Gaia*, Latour (2020, p. 387) apresenta o cenário “no estilo de uma ficção geo-histórica”: “os Humanos que vivem na época do Holoceno estão em conflito com os Terrestres do Antropoceno”. Nestes tempos, as pessoas se dividem entre Humanos e Terrestres a partir das relações que estabelecem. Os Terrestres, em contraste com os Humanos, são aqueles que aceitam viver em um território entendido como “a série de outros agentes com os quais ele deve compor e com os quais precisa sobreviver no longo prazo” (Latour, 2020, p. 393).

Esse estado de guerra corresponde, portanto, à alienação entre homem e natureza (humanos e demais seres e agentes, para usar o termo de Latour) que Saito releva nos escritos de Marx e que Krenak e Kopenawa incansavelmente contam acontecer desde a chegada do homem branco em territórios indígenas. A alienação é somente um outro modo de dizer o que Krenak afirmou ser uma estúpida cisma humana: “O nosso apego a uma ideia fixa de paisagem da Terra e de humanidade é a marca mais profunda do Antropoceno” (Krenak, 2019, p. 58).

Aqui, a guerra toma contornos ainda estranhos, desafiando conceitos que antes pareciam habitar com tranquilidade os discursos sobre ela. Ainda que componham literalmente o cenário dos tempos da guerra no Antropoceno, “Estado-nação”, “soldados”, “trincheiras”, “inimigos” parecem assumir também acepções metafóricas a partir da ideia de uma totalidade planetária nun-

ca pensada. Afinal, os agentes e participantes desta guerra são bem outros, além dos humanos, que têm suas capacidades relacionais colocadas à prova em favor da sua própria sobrevivência. A vitória, aqui, as táticas e estratégias para isso são completamente diversas daquelas que a guerra de humanos contra humanos deixa entrever.

IV.

Todos os textos aqui reunidos trabalham sobre a multiplicidade da guerra nas suas diferentes formas. Da formação da noção de guerra e do papel do pirata na estabilização dessa nomenclatura à instabilidade do significado, da interpretação e da linguagem como campos de batalha; assim, Adriana Michele Campos Johnson, no artigo que abre este número, reflete sobre a escassez de piratas na tradição cultural latino-americana diante de sua reconhecida presença e relevância na constituição das Américas nas eras colonial e pós-colonial. A semântica do pirata e da pirataria nos conta, segundo Johnson, “not about identity, but about who gets to legislate proper relations, when and where something is deemed property, and when violence is called not war but peace”. O pirata habita o espaço do inimigo de todos, tornando-se assim alvo da violência que se apresenta como ordem instauradora da paz. A autora continua traçando essa disputa entre o próprio e o impróprio em suas análises de “Canção de Piratas” (1894), de Machado de Assis, de “A Viúva Ching, Pirata” (1935), de J. L. Borges, do filme *O Besouro Dourado* (2014), de Alejo Moguillansky, e de *Crossbones* (2011), de Nuruddin Farrah.

A força disruptiva do pirata, a sua capacidade de desestabilizar tanto a soberania dos estados nacionais como as propriedades da literatura, ressurge no texto de Mariana Cecilia Velázquez, que sublinha que “the classification and identity of the pirate are both fluid and contingent, informing discourses of warfare and challenging the limits of categories related to order and legitimacy.” Ao estudar os debates jurídicos e políticos em torno dos conceitos de “guerra justa”, “inimigo justo” e “soberania” no contexto da Guerra Anglo-Espanhola (1586-1604), a autora mostra como a figura do pirata foi fundamental para o estabelecimento de hegemônias específicas durante a era do início da modernidade. O artigo termina com a análise da figura de Miguel Enríquez, um corsário negro de origem caribenha, situado na intersecção da guerra e do comércio, para demonstrar através de fontes históricas a instabilidade e a contingência dos significados associados à pirataria. As disputas linguísticas também permeiam a leitura refinada que Václav Paris faz do conto “A Muralha da China” (1917) de Franz Kafka, na qual propõe novas formas de conceituar e abordar o lugar da guerra na obra do autor de Praga. O artigo centra-se em três formas pelas quais “A Muralha da China” medita sobre a guerra: através da sua tematização do militarismo nacionalista; através de ligações com outros escritos de Kafka sobre o trauma da guerra; e no tratamento de erros de tradução e conflitos linguísticos. Paris propõe “A Muralha da China” como uma reflexão complexa sobre a Primeira Guerra Mundial em Praga, mas não tanto a guerra no campo de batalha, mas sim as formas como o conflito afeta a vida cotidiana, a psicologia, a escrita e as ruas da cidade, e, finalmente, a linguagem, “for language itself is implicated in war, as war’s equivalent, or as the thing that stands in for war in this story”.



A Primeira Guerra Mundial também é cenário do artigo de Júlio França e Daniel Augusto P. Silva e, especificamente, das formas como a guerra afetou “a poética do mal” na literatura brasileira do início do século XX. Os autores investigam as formas como os avanços científicos e tecnológicos ligados à guerra – desde os elogiados motores do progresso até as temidas ferramentas de extermínio – impactaram a criação literária, alimentando a representação dos aspectos mais sombrios da experiência humana através da análise de fragmentos de obras de Coelho Neto, João do Rio, Alfredo Taunay, Júlia Lopes de Almeida, Gustavo Barroso, Mário Sette e Afonso Schmidt. Esses textos que, segundo os autores, revelariam a ligação entre as máquinas, a guerra e a estratégia artística do grotesco funcionaria, “inclusive, como forma de lidar com um sentimento de destruição cósmica que se segue ao final da Primeira Grande Guerra” e serviu para representar o sentimento de perplexidade que prevaleceu na primeira metade do século XX. Por outro lado, o artigo de Sylvia Tamie Anan desenvolve-se no contexto da Segunda Guerra Mundial, para demonstrar como a tradução que Manuel Bandeira fez em conjunto com Carlos Drummond de Andrade do poema “Liberté” de Paul Éluard marcou uma viragem na produção do poeta pernambucano. A partir do poema “Testamento” (1943), explica a autora, a poesia de Bandeira passa a se questionar sobre acontecimentos políticos e acontecimentos fora do alcance do eu lírico, ampliando o conceito de “poesia de circunstância” presente na poética de Bandeira, uma vez que “diante da enormidade do acontecimento histórico, o sujeito lírico sem filho nem pai, sem passado e sem futuro, cuja única possibilidade de compensação se encontrava na poesia, começou a hesitar”.

Pode-se dizer que uma reflexão sobre o “eu” diante da guerra e da destruição também se apresenta no artigo de Bárbara de Souza Duarte, dedicado ao imenso *A guerra não tem rosto de mulher*. Em “A arqueologia da alma”, Duarte argumenta que a experiência da guerra impulsiona “por meio de uma pluralidade de experiências fragmentadas” a formação de “distintos mosaicos relativos ao significado de estar em um mundo em via de aniquilação”. A autora não crê que o intuito do livro seja “narrar múltiplas guerras”, mas procura compreender como Aleksievitch “investiga múltiplas versões do próprio ser”.

Se Duarte sugere certos mosaicos na sua leitura da obra de Aleksievitch, Karine Aragão dos Santos Freitas e Talita Rosetti Souza Mendes indicam tramas que comporiam um imaginário decolonial a partir de *Também guardamos pedras aqui*, de Luiza Romão. Na revisitação da representação da Guerra de Troia que Romão executa, as autoras enxergam “formas de reconfiguração de lugares propostos pela colonialidade, atravessando discussões acerca de reflexões que empoderam grupos, sobretudo femininos, que resistem e que reexistem à tentativa de silenciamento no debate social e cultural.” Nesse sentido, o artigo de Freitas e Mendes corrobora a ideia de uma desestabilização dos olhares convencionais (e patriarcais) sobre a guerra e a dominação através de obras mobilizadas por perspectivas “menores”, tomando emprestado o termo de Deleuze e Guattari, como as feministas e indígenas.

Apropriando-se da cosmovisão dos Jawara, etnia que – explicam Adriana Cristina Aguiar Rodrigues e Djorkaeff Sousa da Silva – habita o sudoeste do estado do Amazonas, Itamar Vieira Junior escreve o conto “O espírito aboni das coisas”. Entre as inúmeras aproximações à cosmovisão indígena, os autores de “Ritual de cura para salvar um menino no ventre” defendem que

o conto deve se organizar pela guerra, uma vez que esta é “realidade constante e permanece em todos os planos de existência, sendo, portanto, universal e contínua” para os Jawara. Deslocando o conceito de guerra do ocidente para a literatura que apela ao mito, Rodrigues e Silva defendem que os leitores modernos do conto são introduzidos à “riqueza de uma nova língua e cosmopercepção, cujas origens são os Jarawara.”

À subversão literária proposta pelos artigos anteriores, seguem as representações literárias de guerras de subversão ao poder colonial. “A guerra em seis romances de João Paulo Borges Coelho”, escrito por Ana Beatriz Matte Braun, analisa como os romances de Borges Coelho retratam as guerras que determinaram a história de Moçambique ao longo do século XX. A autora tece uma aliança entre a história colonial e pós revolucionária através da guerra, “elemento desencadeador da ação em todos os seis enredos”, e a dificuldade de comunicação que poderia reverter a situação bélica. “Ecos de um império derrotado: a memória da Guerra Colonial em *Autópsia de um mar de ruínas*, de João de Melo”, de Leonardo von Pfeil Rommel, propõe a análise da guerra colonial a partir das perspectivas de portugueses e angolanos, sugerindo que a tirania da metrópole sob Salazar agiu tanto sobre os africanos quanto sobre os portugueses. O artigo cita a incrível estimativa de que “mais de 1 milhão de portugueses foram mobilizados para atuarem junto ao exército colonial, número este que corresponde a quase 90% da população jovem masculina de Portugal na década de 1970.”

“Contos naturalistas da Guerra do Paraguai” trata, também, de certa forma, de uma subversão. Aqui, a intenção dos autores, Leonardo Mendes e Maria Eduarda da Silva Gomes, é desafiar a leitura hegemônica do naturalismo, recuperando o tema da guerra (do Paraguai), como uma presença grave nas produções brasileiras. A proposta é interessante: pensar no naturalismo como “ficção pós-guerra” no Brasil, especialmente a “literatura produzida nas décadas seguintes à Guerra do Paraguai (1864-1870), quando os arroubos patrióticos haviam perdido a ressonância.”

Releituras desafiadoras também aparecem no último artigo desse número em “A guerra e os imaginários aquáticos em Euclides da Cunha”, em que Javier Uriarte lê *À margem da história* como um livro sobre a guerra. O autor afirma que se, em *Os sertões*, “Euclides es un viajero y un periodista que revela las atrocidades cometidas por un Estado al cual acusa de masacrar a una comunidad rebelde del sertão, muy pocos años después, trabajando para ese mismo Estado, denuncia la presencia de los países vecinos en la Amazonia y alerta contra posibles conflictos, al tiempo que piensa en la mejor forma de prepararse para la guerra.” Em *À margem da história*, Euclides estaria, assim, refletindo sobre a guerra entre estados, mas não só, já que Uriarte também propõe pensar as ligações íntimas que se desenrolam entre a guerra e o controle infraestrutural da água, bem como a guerra contra a natureza do capitalismo.

A resenha de Amanda Fievet Marques sobre *Guerre*, de Louis-Ferdinand Céline, redescoberto e publicado em 2022 pela prestigiada editora Gallimard, fecha o número. O texto de Céline, escrito originalmente em 1930-31 constitui, segundo a autora, um contributo único para a compreensão de “alguns aspectos estéticos constitutivos do universo” do escritor francês e especificamente da musicalidade, da metaliteratura, do delírio, do cômico da sátira social e do grotesco, função mnemônica em conexão com a experiência da guerra.

Agradecendo às autoras e aos autores dos textos aqui reunidos, esperamos que a leitura das contribuições que compõem este número possa ampliar e aprofundar as lentes com as quais abordamos a compreensão da guerra em suas múltiplas ocorrências.

Carolina Correia dos Santos e Agnese Codebò

REFERÊNCIAS

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Trad. Cecília Rosas. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BOLAÑO, Roberto. **Estrella distante**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.
- BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Buenos Aires: Emecé, 1974.
- CLAUSEWITZ, Carl von. **De la guerra**. Barcelona: Obelisco, 2021.
- COETZEE, J. M. **Elizabeth Costello**: oito palestras. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil mesetas**: capitalismo y esquizofrenia. Trad. José Vázquez Pérez. Valencia: Pre-Textos, 1994.
- DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura**: uma entrevista com Jacques Derrida. Trad. Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- GALINDO, María. La revolución feminista se llama Despatriarcalización. *In: Descolonización y despatriarcalización de y desde los feminismos de Abya Yala*. Acsur-Las Segovias, 2015. p. 39-50.
- GUZMÁN, Patricio. **El botón de nácar**. Film, 1h 45min. Valdivia, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SgLZUwqcHDQ>>.
- JOHNSON, Adriana Michéle Campos. **Sentencing Canudos**: Subalternity in the Backlands of Brazil. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LATOUR, Bruno. “Os Estados (da Natureza) entre guerra e paz”. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Trad. Maryaluna Meyer. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2020.
- LUGONES, María. “Colonialidad y género”. **Tabula Rasa** 9, p. 73-101, Julio-diciembre, 2008.
- PAREDES, Julieta. 2008. **Hilando fino desde el feminismo comunitario**. La Paz: Comunidad Mujeres Creando Comunidad.
- PIGLIA, Ricardo. “Teoría del complot”. **Revista de la Casa de las Américas**, 245, p. 32-4, 2006.



PRATT, Mary Louise. **Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation**. New York and London: Routledge, 2008.

SATO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política**. Trad. Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2021.

SEGATO, Rita. “Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres”. **Revista Sociedade e Estado**, 29, 2, p. 341-371, Mayo/Agosto 2014.

SINNO, Neige. **Triste Tigre**. Trad. Luciana Cisbani. Vicenza: Neri Pozza Editore, 2024.

URIARTE, Javier. **The Desertmakers: Travel, War, and the State in Latin America**. Nueva York: Routledge, 2020.

